

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Ibaneis reúne equipe para largada de 2026

O governador Ibaneis Rocha (MDB) reuniu, ontem, o primeiro escalão de sua equipe para ajustes e direcionamentos neste ano eleitoral.

Ele ressaltou que é preciso fazer cortes nem custo e em alguns investimentos que não estão na lista de prioridades. Mas garantiu que não haverá redução em áreas vitais, como saúde e educação. Foi a largada para um ano que promete muitas emoções, com a corrida ao Palácio do Buriti e aos cargos no Congresso.



Último negado

O Ministério da Fazenda divulgou nota, ontem, para afirmar que o titular da pasta, Fernando Haddad, não tratou nem mesmo informalmente com representantes do GDF ou do BRB sobre a necessidade de aporte de R\$ 4 bilhões para socorrer o banco. A informação contestada foi divulgada pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Segundo a reportagem, sem esse aporte seria decretada a federalização do BRB.



Preocupação

Em entrevista ao *CB.Poder*, ontem, o presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Edvandir Paiva, apontou a preocupação na categoria de que os rumos tomados pelo ministro Dias Toffoli, do STF, no caso Master, possam impedir a elucidação do que, de fato, ocorreu.



Elogio

Ibaneis aproveitou o encontro para elogiar a condução do governo pela vice-governadora Celina Leão (PP), que esteve à frente do Palácio do Buriti desde o réveillon, enquanto o governador estava de férias.

Sugestões para as eleições

Começou ontem o prazo para o envio de sugestões da sociedade destinadas ao aperfeiçoamento das resoluções que vão orientar as eleições de outubro.

As contribuições deverão ser encaminhadas até as 23h59 de 30 de janeiro, exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Agência Brasília



Cargos comissionados para retirar pessoas das ruas

O Governo do Distrito Federal (GDF) criou 15 cargos comissionados para serem ocupados exclusivamente por pessoas que viveram nas ruas. A medida faz parte do plano distrital para essa população. Coordenador do plano, o secretário-chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, afirma que a diretriz central é oferecer condições concretas para que a pessoa deixe a rua de forma sustentável.

"Não adianta retirar alguém de um ponto da cidade sem oferecer alternativa. A ideia do plano distrital é dar condições para que a pessoa possa sair da rua," destaca.

TJDFT/Divulgação



Visita ao Palacinho

O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Waldir Leôncio, recebeu, ontem, o presidente do *Correio Braziliense*, Guilherme Machado, em seu novo gabinete, no recém-inaugurado Palacinho. A edificação, que abriga a Alta Administração do TJDFT e o Tribunal Pleno, estava interditada desde 2019. A reinauguração do Palacinho ocorreu, na última quinta-feira, após entrega da última etapa da reforma do prédio. Durante a visita, o grupo conversou sobre o uso da inteligência artificial no Judiciário e na imprensa, além de combate à violência doméstica, sistema criminal brasileiro, entre outras questões. Também participaram da reunião o presidente do Tribunal Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), desembargador Jair Soares, e os juízes auxiliares da presidência Eduardo Rosas e Francisco Oliveira. Também participaram da reunião o presidente do Tribunal Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), desembargador Jair Soares — que assumirá a presidência do TJDFT em abril, e os juízes auxiliares da presidência Eduardo Rosas e Francisco Oliveira.

Reprodução/Instagram @ekirakuoki



Cuidados com animais comunitários

A Câmara Legislativa promulgou uma norma que dá segurança jurídica para protetores de animais do Distrito Federal. A lei garante o direito de cuidar de animais comunitários dentro de condomínios e áreas próximas. Em caso de descumprimento, os condomínios podem ser multados no valor de 10 a 50 salários mínimos. De acordo com a nova regra, o animal comunitário é um cão ou gato em situação de rua, que estabelece laços de dependência e manutenção com uma comunidade, sem possuir um tutor único e definido. O autor da proposta é o deputado distrital Ricardo Vale (PT), vice-presidente da Câmara Legislativa.

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos_cb](#)

EDUCAÇÃO PÚBLICA/ A padronização adotada pela Secretaria de Educação retira identificação das unidades escolares e divide opiniões sobre segurança, igualdade e funcionamento do novo modelo adotado no DF a partir deste ano

Novos uniformes geram polêmica

Reprodução



Novo layout das novas camisetas não identificam a escola...

Ed Alves/CB/D.A. Press



... enquanto as antigas tinham o número do colégio

» DAVI CRUZ

A partir deste ano, o layout dos uniformes escolares da rede pública do Distrito Federal passaram por uma reformulação. O vestuário vai deixar de trazer o nome da unidade de ensino e passa a ter apenas a Coordenação Regional de Ensino (CRE). A medida tem provocado debates entre pais, professores, entidades representativas e especialistas no tema.

A alteração foi aprovada por uma portaria da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF). De acordo com a pasta, o objetivo da mudança é adequar o uniforme ao novo formato de compra, em que as escolas devem de receber os kits prontos, e os estudantes passam a adquirir as peças diretamente em malharias previamente credenciadas.

A secretaria de Educação do DF, Hélvia Paraguá, afirmou que a decisão atende a critérios administrativos e não muda a rotina escolar. "A identificação pela CRE garante padronização e não altera, em nenhum aspecto, os procedimentos adotados pelas escolas", explica.

A secretaria também reforçou que a mudança não está relacionada à segurança das unidades escolares. "É importante esclarecer que o layout do uniforme não tem relação com os protocolos de

segurança das unidades, que continuam sendo definidos e executados pelas equipes escolares, conforme a realidade de cada Coordenação Regional", completa.

Renata Kelly, 48 anos, mãe de Guilherme, 17 anos, apoia a iniciativa. Para ela, a medida pode promover mais igualdade entre os estudantes e aumentar a sensação de segurança. "Iá aconteceu em uma escola anterior que meninos da escola implicavam com meu filho, e ele não andava nem de uniforme na rua com medo dos meninos verem ele. Acha que um marginal fala para o outro e pode acontecer algo pior", disse.

Por outro lado, Juliana Rodrigues,

29, enfermeira, mãe de Arthur, 5, acredita que a ausência do nome da escola pode trazer riscos. "Acredito que sem a identificação da escola pode ser perigoso em casos de passeios fora da escola, ou até caso a criança se perca dos pais. Acredito que a informação no uniforme serve também como identificação, portanto a medida pode, sim, pre-judicar", comenta.

Em nota, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sindpro-DF) manifestou preocupação com a mudança. "Muitas escolas públicas não têm nem portfólio, essa recepção das crianças é feita de forma alternada pela direção,

coordenação da escola e supervisão da escola, e o nome da escola gravado no uniforme escolar traz essa segurança para que o estudante daquela unidade de fato possa adentrar o espaço da escola", comunica.

Welliton Caixeta pesquisador do Grupo Candango de Criminologia (GCCrim/FD/UnB), avalia que a Secretaria de Educação deveria padronizar os uniformes escolares, sem constar o nome da Região Administrativa. "Existem outros meios de individualizar o acesso e a permanência às unidades escolares onde os estudantes estão matriculados, capazes de prescindir de mecanismos que mais se assemelham à

teoria do labelling approach (ou Teoria da Reação Social/Etiquetagem) que, como a criminologia muito bem mostrou, não trouxe bons resultados". Ele cita como exemplos os cadastros escolares em sistemas eletrônicos e informatizados e carteirinha de estudante vinculada à unidade.

Benefício

O novo formato faz parte do Programa Cartão Uniforme Escolar, realizado pelo Governo do DF. A distribuição do benefício teve início em 22 de dezembro, e as famílias têm até amanhã para retirar o cartão. Os créditos serão disponibilizados a partir

da próxima segunda-feira, e a iniciativa deve beneficiar mais de 442 mil estudantes da rede pública.

Os estudantes têm direito à aquisição de sete peças de uniforme: três camisetas de manga curta, duas bermudas, uma calça comprida e um casaco, seguindo o padrão da rede. O valor do crédito é de R\$ 282,99 por estudante, que podem ser utilizados em mais de 90 malharias credenciadas no DF.

As famílias devem retirar o cartão no local previamente informado e podem consultar o ponto de retirada no site gdfsocial.brb.com.br, na opção "Consulta Cartão Uniforme Escolar".